

TEMAS EM DEBATE

DIFICULDADES DOS SISTEMAS “FECHADOS” E DILEMAS DA FORMAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO

VANILDA PAIVA

RESUMO

Este artigo trata da tendência hegemônica nos cursos de pós-graduação em áreas humanas ligadas à ação social/educativa no Brasil – na contramão da evolução mundial dos estudos ligados à relação entre educação e trabalho – a manter uma formação predominantemente marxista ortodoxa e uma orientação de caráter exegetico. Dominam entre nós livros e autores que, após o boom marxista dos anos 1960/1970, praticamente desapareceram do cenário intelectual internacional. Em seu nome, qualquer conceito que não se encontre em tal literatura termina classificado como novilíngua – termo cuja origem condenava o stalinismo e que é reconvertido para denunciar aqueles que “parecem de esquerda” mas não passariam de “neoliberais”. Termina-se, com isso, por restringir a liberdade de pensar, necessária à formação de verdadeiros intelectuais. Elimina-se a discussão metodológica, epistemológica, estatística e a pesquisa empírica, pelas quais as afirmações deixam de ser produto de uma atividade talmúdica e passam a apoiar-se na ida concreta ao campo.

CLOSED SYSTEMS DIFFICULTIES AND DILEMMAS OF GRADUATE FORMATION

VANILDA PAIVA

ABSTRACT

This article deals with the prevailing trend observed in humanities graduate programs linked to social/educational areas in Brazil, which maintain a predominantly Marxist-orthodox approach as well as an exegetical orientation character. In this sense, the observed trend is contrary to the global development of studies, which focuses on the relationship between education and work. In Brazil, books and authors that after the boom years of the Marxist 1960/1970 virtually disappeared from the international intellectual scene, are still predominant. As a consequence, any concept that is not in such literature is classified as “newspeak”, term that originally condemned Stalinism, but was converted in order to denounce those who “look left”, but are, in fact, simply “neo-liberals”. As a result, this situation ends up restricting the freedom to think, something indispensable to the formation of true intellectuals. Also, not only the methodological, epistemological and statistical discussions are eliminated, but the empirical research as well, conditions necessary for statements no longer be the product of a Talmudic activity, relying instead on concrete field work.

A O LONGO DOS ANOS 1980, na medida em que o mundo da produção foi assumindo nova forma em consequência da difusão da informática e o trabalho começou a sofrer transformações importantes, a pesquisa e a atividade intelectual também tiveram mudanças de rumo. As duas décadas anteriores haviam sido marcadas por uma grande dominância do marxismo, fenômeno que só encontra similar na forte presença de Nietzsche na vida intelectual do início do século XX. Mas, uma vez percebidas as transformações e vividas mudanças importantes no plano político, a intelectualidade dos países desenvolvidos tendeu a deixar de lado a exegese e a buscar na pesquisa de campo dados, com os quais pudesse pensar a nova realidade.

Quem correu o risco do *aggiornamento* e de sua inevitável crítica (FRIGOTTO, 2009) precisou absorver, precocemente para o caso brasileiro, uma bibliografia internacional abrangente e lidar com uma realidade em mudança acelerada. Esse é um passo arriscado, porque supõe abdicar do conforto de consensos já constituídos e dos mecanismos de sua reprodução, partindo para um enorme esforço que visa superar a repetição.

Se a análise feita por Marx do capitalismo industrial é hoje amplamente consensual, as novas gerações têm como tarefa acrescentar e acumular dados novos para que, em algum momento, possam surgir teorias explicativas originais ou complementares do mundo contemporâneo.

MARXISMO E EXEGESE: UM EXERCÍCIO

Lidamos, no mundo das ideias, com conceitos, noções e teorias que nem sempre ajudam a deslindar a meada que envolve e obscurece a realidade social.

Para ultrapassar a sua opacidade e captar o sentido dos fenômenos requerem-se explicações apoiadas em conceitos de elevado nível de generalidade.

Entretanto, a humanidade, de maneira geral, parece imersa no seu *entourage*, ocupada em sobreviver, cheia de problemas, ruminando ressentimentos, sem instrumentos intelectuais para transcender o vivido e refletir sobre a estrutura social, econômica e cultural, sobre sua economia psíquica e a dos que entram na vida de cada um. Por isso, a dominação de alguns homens sobre muitos nem sempre está apoiada em uma teoria abstrata fechada e coerente, mas em uma práxis cujos inúmeros supostos – crenças, mitos, costumes, relações sociais, religião e tudo o que constitui a consciência de si mesmo, dos demais e do mundo, ancorados em vivências do dia a dia e nas tradições – afetam todos os participantes do grupo social. Quando a teoria existe, tudo se torna mais simples para quem exerce a dominação ou a contesta, mas os fatores que a teoria desvenda atuam e fazem o conjunto funcionar.

O capitalismo emerge por força do comércio e do surgimento de tecnologia efetivamente útil à revolução industrial – um feito que combina descobertas de cientistas e de artesãos talentosos que viveram em um meio impregnado de experimentação científica a partir do século XVIII (COHEN, 2009, p. 75; МОКЫР, 2002). Mas o econômico, o tecnológico e o comércio amplo não explicam tudo. É preciso entender a mudança de mentalidade que está por trás de tamanha transformação e, para tanto, devem-se considerar os fatores subjetivos, as crenças, a religião, os temores, as ideias que desempenharam e desempenham um papel essencial.

Séculos inteiros foram necessários para superar o questionamento das estruturas políticas pelo Iluminismo francês, elucidar os mecanismos de mudança econômica sugeridos por ingleses e escoceses, como Malthus, Adam Smith e Ricardo, e desenvolver uma moralidade capitalista com David Hume até chegar a Kant. Se o Iluminismo econômico vai possibilitar o trabalho de Marx como explicação e contestação econômico-moral do capitalismo industrial, a crítica do Iluminismo filosófico deslança questões vitais que se apresentam no *Sturm und Drang* e no posterior romantismo. Hamman e Herder são personagens intelectuais tão importantes quanto Hegel e Marx. A fragmentação da intelectualidade em torno de teorias abrangentes enriquece o mundo, mas geram-se sistemas fechados que, plenos de sabedoria, não admitirão outras verdades e, muitas vezes, sequer permitirão sair do jargão que possibilita identificar e integrar um grupo ou facção intelectual. Contra o idealismo e o materialismo, ergue-se a monumental obra de Max Weber, que ressalta o papel das ideias e, especialmente, da religião e das crenças nas grandes mudanças sofridas pela humanidade. Mas, ao lado de tais gigantes, muitos são os membros de uma intelectualidade que desdobram ideias, noções, teorias de grande e médio porte, não raro se deixando contaminar pelo senso comum.

Na teorização de uma economia regida inteiramente pelo mercado, bem e mal são deixados de lado como elementos morais sem importância quando se pensa no que conduz os homens a querer enriquecer. A tecnologia e a divisão do trabalho atuam no sentido de um enriquecimento sem fronteiras, deixando para trás Malthus e sua "ciência sinistra" que fundara a economia moderna (COHEN, 2009, p. 66). Marx introduzirá o trabalhador nesse raciocínio. O capitalismo se apoia na exploração da força de trabalho, mas a tecnologia a libera, trocando-a por "trabalho morto". O trabalhador, não tendo a quem vender sua força de trabalho, não ganha nada com a liberdade, nem o pão de cada dia. Na Alemanha dos anos 1980, pesquisadores se davam conta de que, para os trabalhadores, era preferível produzir a mais-valia eles próprios, ao invés de transferi-la às máquinas.

Ao longo do século XX, acreditava-se, à esquerda e à direita, em um progresso permanente, mesmo que ondulatório: *hacia arriba y hacia adelante*, como diziam na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal. A grande expressão dessa convicção, à direita, é a obra de Rostow, *As etapas do desenvolvimento econômico* (1964). Mas, passados os 30 anos gloriosos, recobramos a consciência de que progresso indefinido não existe nem é futuro certo, de que a história nem sempre caminha no sentido esperado, de que ela também regride ou entra por desvios, como mostra François Furet em seu magnífico livro *Le passé d' une illusion* (1995), e de que a humanidade precisa de crenças sobre as quais assentar a cabeça. Muitos ainda precisarão de tempo para ver que a idade de ouro da humanidade passou, que o futuro é risco e incerteza, luta cujo resultado raramente é o esperado.

Mesmo assim, foram feitos muitos esforços para explicar as crises do capitalismo ou até para complementar as explicações de seu funcionamento. Não são meras repetições, e sim polêmicas, trabalhos teóricos plantados sobre a realidade vivida, por vezes dramaticamente. E embora a militância (política, social, profissional) seja um elemento de extrema importância social, ela não deve submeter toda e qualquer reflexão nem naturalizar relações sociais e ideias. Precisamos buscar, explicar, complementar, ampliar a compreensão do mundo, e a liberdade de pensamento é condição de qualquer ciência.

Nos anos 1960/1970, o marxismo se difundiu e se desdobrou, seja através de escritos menos colados aos textos de Marx, seja através de autores que repetem ad infinitum o já dito, como é o caso de Mézaros (2002). Por sua vez, um livro extremamente útil foi o de Ernest Mandel (1972), sobre o capitalismo tardio, o capitalismo monopolista. Ele mostra que, nessa etapa, o sur-plus profit, ou lucro suplementar ao lucro médio, é obtido pelo controle da tecnologia e pela propaganda, que promove a venda em massa. Isso nada tem de novo. O que muda é o tempo que se comprimiu, e é cada vez menor a velocidade de difusão do segredo tecnológico e do surgimento de novas formas de produção que fazem despencar o lucro. Uma vez

ultrapassadas, muitas tecnologias não só não morrem, como servem para guiar o aparecimento de novas e mais aperfeiçoadas; elas passam de umas classes para outras, de uma região para outra, com os mais ricos tendo acesso às mais avançadas. Deveríamos querer tudo ao mesmo tempo para todos? Ater-se ao velho pode ser cômodo, mas é também a morte! Entretanto, tudo novo para todos não é somente uma impossibilidade, como uma perda no sentido de que o uso da tecnologia ultrapassada pode conduzir a novas possibilidades ou ampliar o mercado de trabalho. Melhor que ela seja lenta, passando de uma classe para outra, de uma região para outra.

Entre os autores que trataram da periferia, destaca-se Samir Amin (1976). Alguns penetraram ortodoxamente caminhos sem saída, como o eminente antropólogo Maurice Godelier, que se aventurou no “modo de produção asiático” – um erro de Marx quase tão grande quanto o tratamento que ele dispensa aos aborígenes da América. O caso mais dramático parece ter sido o de Georg Luckács.

Luckács, que em 1922 publicara *História e consciência de classe* (1960), um livro brilhante que alguns desclassificaram como historicista, passou a vida como filósofo do stalinismo e resolveu terminá-la com uma *Ontologia [!] do ser social* (1979). Essa obra, publicada em alemão há 40 anos, ainda nos chega em pedaços mediante fotocópias do espanhol, e se tornou um *must* nacional. Os brasileiros resolveram adotá-la já no século XXI. Poder-se-ia, com mais propriedade, dizer que, se há uma ontologia, seu cerne deve ser, como para todos os outros animais, a reprodução física, a busca de alimentos, a vida livre e solta na qual existe espaço também para a intencionalidade da ação.

A questão das crises já está incluída na famosa fórmula de Marx: D – M – D. Se o ciclo não se completa, ou seja, se a mercadoria não é vendida, não se transforma em dinheiro + lucro, para ser reinvestido em um nível mais elevado. É a crise de superprodução. Seu bom funcionamento depende da inveja, do desejo de possuir a inovação que o outro já possui e da permanente capacidade de gastar.

Kondratiev, deportado por Stalin por contrariar o Diamat (materialismo dialético), percebeu com clareza o movimento pendular da economia e, mesmo que seus ciclos fossem muito rígidos, ele observou que existiam ciclos longos, mais profundos, e ciclos breves, mais suaves, que teriam correspondência com flutuações históricas (políticas, sociais, militares). O pêndulo da história não é apenas econômico: funciona em muitos planos da vida humana e social (PIRENNE, 1978). Não se pode ser otimista o tempo todo, querer comprar o tempo todo, os preços de todos os custos oscilam (explicando movimentos que podem ser seculares), as compras são postergadas, a política muda de rumo e de expectativas, os humores mudam, como tudo, e a curva vem abaixo.

Entretanto, uma vez estabelecida a consciência da real prática dos regimes socialistas nos planos econômico, militar e político, não se pode

deixar de celebrar Keynes e os Estados de Bem-Estar europeus, os 60 anos de paz e crescimento na Europa ou o crescimento de numerosos países periféricos. A distribuição da riqueza, ainda que continue terrivelmente desigual, tirou milhões de pessoas da fome e elevou outros tantos à classe média. De outro modo, nada teria valor a não ser a letra da lei da teoria “correta”.

Considerados esses mecanismos básicos, resta esclarecer o que as pessoas ganham e o que elas perdem nos seus cursos de vida. Se é verdade que o capitalismo aumentou a miséria, a degradação e a desigualdade entre os trabalhadores, em muitos casos fez o contrário, liberando forças produtivas e tecnológicas e gerando um nível de riqueza só conhecido no Império Romano escravista. Mas, quem se deu ao trabalho de ler os grandes historiadores dos períodos anteriores? De comparar diferentes momentos? Embora de disponha hoje de estudos detalhados nos mais diversos países, muitos insistem em repetir o que Marx disse no século XIX, sem considerar os enormes avanços feitos pelos estudos históricos nos últimos 150 anos. As mazelas do capitalismo não nos devem impedir de ver que houve e há muita e profunda miséria no campo – maior ou menor dependendo da época, das condições geográficas e climáticas, da região, do momento histórico – e que o nível de vida se elevou pouco a pouco com o desenvolvimento da indústria. Nos anos 1970, tornou-se incontornável pagar melhores salários e importar trabalhadores dos países fortemente industriais.

Hoje, nos casos extremos de “modernidade”, estes são excluídos do seu âmbito, tornando-se, na expressão de Robert Castel (2000), “supranumerários”. Mas, precisando deles como consumidores, os países ricos, principalmente, introduziram salários mínimos de “inserção” (no consumo), e deixaram que se arranjassem como pudessem com o trabalho espontâneo. Infelizmente, constata-se que, não raro, a nova liberdade leva muitos à depressão e à desgraça. Essa é a contradição não apenas do capitalismo, mas também do socialismo, da vida. Já entre os “inseridos” como força de trabalho, a atividade se intensificou, os salários e horários se degradaram e a exploração aumentou.

Pensar que o capitalismo industrial estaria no fim (ao menos no que concerne ao volume de força de trabalho empregada) era não contar com a China e a Índia, países que decidiram não “pular o capitalismo” – expressão moralista usada pelos populistas russos depois de lerem *O Capital* de Marx. Mas a mundialização do capital ou, como muitos preferem, sua globalização¹, sua capacidade de atuar em tempo real em bolsas que abrem num lado do mundo e fecham do outro, mantendo-se parcialmente abertas e fechadas em outros tantos, ampliou a dominância do capitalismo financeiro e estimulou a especulação.

O mundo atual precisa ser pensado, cada vez mais, a partir da contradição entre a economia real e o capitalismo financeiro. Há quem considere que o lado financeiro do capitalismo constitui, desde o início, seu cerne obscuro. Agora, as finanças dão as cartas e decidem o destino

¹ Há quem utilize somente a primeira expressão porque Marx a utilizou – globalização seria “neoliberal” ou novilingua [*new speak*]. A questão é que a tecnologia mudou muito em 150 anos. Hoje, o globo pode ser acessado via computadores e o capital muda de mãos ou de destino em segundos. Talvez esteja faltando uma boa discussão sobre as implicações dos dois conceitos para que não se tornem apenas jargões identificadores de grupos. Usa-se globalização até porque existem fenômenos novos e o capital está mundializado há séculos!

de pessoas, de nações, de sistemas produtivos, desafiam povos e sistemas políticos, gerando perplexidade, mudanças no timing político e crises de dimensões jamais vistas.

A moralidade capitalista – economizar para ampliar a produção/circulação – já não atende o esquema de seu funcionamento. A acumulação de hoje é, até certo ponto, uma outra acumulação, e alguns aspectos daquela moralidade passaram a entrar, ao invés de facilitar, seu caminho. As crises financeiras são produto dos ciclos, mas também da quebra de regras de moralidade no mundo dos negócios. Sair delas parece mais fácil ao mundo do que escapar (ou se adaptar) às futuras demandas de recursos naturais necessários à elevação da vida das massas dos Brics.

Claude Lévi-Strauss, em sua última entrevista (apud NETTO, 2009), bastante pessimista, mencionava esse fator: o planeta não dispõe de recursos para manter, no nível de vida dos países hoje desenvolvidos, o número de pessoas que nasceram e que, graças à ciência e à tecnologia, sobreviveram no século XX. Visto globalmente, o capitalismo é, no momento, com crise ou sem crise, a principal vítima de seu sucesso, o que é um paradoxo... tal como o Estado de Bem-Estar².

Se Keynes e Beveridge foram capazes de propor a saída da crise após as contradições da guerra, a crise do petróleo de 1973 provocou alta demanda com queda da oferta, gerando inflação e desemprego. Os economistas de Chicago culpam o Estado de Bem-Estar. A entrada da tecnologia na vida cotidiana e nas empresas, ao modificar a maneira de produzir, reduzir os empregos e eliminar o emprego estável e a carreira, (re)introduz a “sociedade do risco” (BECK, 1986) e é o ponto de partida para uma “segunda modernidade³”.

Um novo “espírito do capitalismo” entra em vigor: carreiras e salários são indexados pela bolsa, firmas sem trabalhadores e sem fábricas surgem da coleta de pequenos recursos privados administrados por bancos cada vez mais tentaculares e poderosos, empréstimos sem base segura pululam por todo lado. O consumo e o endividamento crescem velozmente.

Tal irracionalismo em nada invalida a análise do capitalismo industrial de Marx e joga por terra a racionalidade weberiana atribuída ao sistema. Na hora da verdade, é a crise de superprodução – abrandada por teorias administrativas da produção nas últimas décadas – e a redução da capacidade de pagamento de todos. Do ponto de vista político a crise aprofunda a diluição da hegemonia americana (WALLERSTEIN, 2010). Ela está agora se deslocando para a Ásia, onde se fundem capitalismo manchesteriano, autoritarismo de origem comunista, despotismo oriental e nacionalismo histórico apoiado em bases seculares. Teremos agora amplas pesquisas sobre o capitalismo americano, a dinâmica de suas classes sociais e o surgimento de movimentos e revoltas.

Dizia Marx que não há nada mais autoritário que uma revolução, e já vimos seus resultados. Que caminhos podem existir para se chegar

2

A expressão foi utilizada diversas vezes por Albert Hirschmann. No entanto, o sucesso do Estado de Bem-Estar mostra-se na diversificação e na sofisticação de demandas que, satisfeitas, passam a outro nível. No plano da saúde, onde os custos se elevaram exponencialmente, tal sucesso gerou um problema de financiamento importante. Existe uma ampla bibliografia sobre a questão, especialmente nos países escandinavos.

3

Beck, Giddens e Lash dirigem há décadas uma coleção denominada Segunda Modernidade, na Editora Suhrkamp, Frankfurt/am Main.

a um socialismo democrático de face humana? A história não nos deixa lições muito otimistas, e as forças em luta são muito poderosas. Quantos intelectuais “orgânicos” estão dispostos a pagar o preço de uma revolução? Quantos sobreviverão ao turbilhão que termina no controle das ideias e de suas minúcias? Quantos esperam apenas uma oportunidade para deixar frutificar tendências despóticas?

O sistema de formação de professores e de intelectuais não tem como objetivo apenas entender o capitalismo – e para isso, evidentemente, os instrumentos do marxismo são fundamentais. Trata-se de entender o mundo, de ter às mãos ou aos olhos tudo o que de importante se escreveu para poder pensar, pesquisar, escrever e dar sua contribuição – é do seu conjunto que pode surgir mais luz sobre aspectos específicos e mesmo sobre o todo. Trata-se de conhecer formas de transição e avaliar o peso de inúmeros fatores.

Talvez até seja certa a determinação em última instância do econômico, mas, entre ela e a realidade vivida pelos povos, há uma imensa quantidade de fatores relevantes e atuantes, e também a certeza de que nem tudo é controlável. É preciso ser capaz de pensar além da determinação econômica e, além da teoria da vanguarda, encontrar o difícil caminho entre socialismo e liberdade.

A tarefa de deslegitimar o capitalismo cabe a ele mesmo, pois sua força política e econômica é maior que a nossa. Trata-se de pesquisar a realidade e buscar dados necessários onde eles estejam, de inventar novas maneiras de fazer política, de levar adiante a produção com um olho na economia e outro na política. Cada época tem suas verdades e para chegar a elas é preciso pesquisa, não repetição – aliás, um convite à preguiça.

NOVILÍNGUA: NAZISMO, COMUNISMO E CAPITALISMO FIN DE SIÈCLE?

Paralelamente, a revolução na tecnologia e na administração das empresas dá lugar a uma nova realidade e põe em uso um vocabulário que nada tem de novo, mas que passa a ocupar um lugar de destaque na discussão. Na maior parte dos casos, não são conceitos explicativos, e sim noções operacionais, tiradas das novas tecnologias, das novas formas de administração, com baixo nível de generalidade e abstração, que nascem da prática e se aplicam a ela de maneira específica e restrita. Há entre elas, por certo, conceitos de médio porte, como, por exemplo, o do “capital humano”, ao qual retornaremos adiante.

O problema está em juntar todas essas noções, conceitos, categorias em um único pote, denominado novilíngua. Afinal, o que é novilíngua? É uma criação de George Orwell em seu livro 1984. Syme, colega de Orwell, explica seu objetivo: “Vocês não veem que o verdadeiro objetivo da novilíngua é restringir os limites do pensamento? No final, será literalmente impossível o crime de pensar porque não existirão palavras para exprimi-lo”.

A mídia e a elite dirigente empregariam não mais que 250 palavras com tal objetivo: palavras enganosas, que mudaram de sentido e que significam, muitas vezes, o contrário do que exprimiam antes. Palavras subliminais, utilizadas para produzir efeitos de repulsão ou de aprovação no receptor. Palavras fortes que exprimem a ideologia dominante. Palavras tabu que a ideologia dominante se esforça por suprimir. Palavras que sideram e que visam desqualificar os adversários. Não poderia ser também o caso da palavra novilíngua, ao vermos modificado em 180 graus seu sentido?

Entre os livros mais importantes de Eric Arthur Blair (pseudônimo George Orwell, 1903-1950) estão *1984* e *A revolução dos bichos* (ORWELL, 1949, 1945), nos quais defende a justiça social e ataca o imperialismo e os totalitarismos. Romance de ficção científica, *1984* se passa em um país imaginário, a Oceania, situada entre a Estásia e a Eurásia –, onde domina o totalitarismo absoluto do Big Brother. As patrulhas controlam as janelas das casas, mas o mais importante é o controle do pensamento, dos espíritos, da memória, da verdade, da história. Para tanto, o Partido Único reduz o número de palavras e introduz uma ginástica mental denominada pensamento duplo, que faz coexistir a verdade e seu contrário.

A novilíngua serve a essa mistura de fascismo e comunismo, em que dominam o medo e a cólera. Ela é feita de categorias nascidas do senso comum ou surgidas nas camadas técnicas pouco conscientes e politizadas e, mais frequentemente, no próprio Partido Único.

Dando uma reviravolta no significado da novilíngua (talvez pelo pensamento duplo), a ela é atribuída hoje toda uma série de noções, ideias, categorias que evadiriam a violência e os fundamentos do sistema capitalista. A caracterização desse vocabulário como novilíngua foi buscada em Bourdieu e Wacquant, em *Le Monde Diplomatique* (2000), onde se encontra sua legitimação teórica – porque para isso servem, em muitos casos, as citações. Esses autores não usam, porém, os mesmos termos, salvo globalização e empregabilidade. Eles falam de flexibilidade, governabilidade, *underclass*, exclusão, nova economia, tolerância zero, comunitarismo, multiculturalismo e seus equivalentes pós-modernos, tais como etnicidade, identidade, fragmentação etc. A eles, a edição brasileira adicionou inclusão, competências, globalização, sociedade tecnológica, qualidade total, empreendedorismo, capital humano, equidade, capital social, sociedade do conhecimento, trabalho flexível, direitos flexíveis, pedagogia das competências. Deveríamos acrescentar ainda “sociedade superior”?

Esse vocabulário aparentemente sem origem teria, na verdade, um papel central na reprodução das relações capitalistas em seu estágio atual, e as noções de inclusão e empregabilidade condensariam o sentido dessa novilíngua. Dela estariam excluídos conceitos como capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade (algumas das poucas palavras que escapariam a uma novilíngua totalitária, fascista ou comunista na origem, mas transformada em “neoliberal” capitalista), e tantos vo-

cábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência.

A exclusão seria produto de um imperialismo apropriadamente simbólico e de uma suposta modernização. A nova linguagem (verdadeiros-falsos conceitos) serviria a empresários, organismos internacionais e nacionais, partidos políticos etc., e também a produtores culturais (pesquisadores, escritores, artistas) e militantes de esquerda que, em sua maioria, ainda se consideram progressistas. Estes utilizam ao mesmo tempo os “conceitos revogados” e o fariam ilegitimamente. Ou seja, nada de misturar as línguas! Quem se colocar a favor das classes sociais desfavorecidas ou quiser analisar estruturas de dominação fica proibido de utilizar qualquer noção ou conceito que não tenha recebido a benção do Diamat.

Antes de entrar na questão do conteúdo da novilíngua, os autores legitimadores merecem uma palavra. Wacquant, à época do artigo no *Monde Diplomatique*, onde escreveu durante 10 anos, devia ter boas relações com os trotskistas que, há muito, dominam essa parte do jornal. Não era o caso de Bourdieu, cuja obra é marcada pela influência de Marx, Durkheim e Max Weber. Apesar de ser assinado por ambos, o artigo corresponde mais a preocupações e temas de interesse de Wacquant (vida urbana americana, exclusão dos negros, violência etc.), e os “seguidores” de Bourdieu o rejeitam por acreditarem que foi uma imposição do aluno ao mestre, já então muito doente.

O texto tem como principal alvo o que qualifica de “moralismo empirista” da sociologia americana, citando nominalmente Elijah Anderson, Michell Duneier e Katherine Newman. Os atingidos lamentam a violência dos ataques, a deformação de seus textos, o truncamento de citações, que os faz dizer o contrário do que pretendiam, e denunciam o “viés ideológico” da análise, a leitura moralizante de dados factuais que contradizem suas teses e a ausência de pesquisa sobre os domínios dos quais tratam os livros criticados.

Retornando à grande lista do “vocabulário sem origem”, observa-se que nela se misturam noções e conceitos muito antigos com termos novos, para indicar fenômenos que surgiram tardiamente no capitalismo. “Governabilidade”, por exemplo, é antiquíssimo – um termo que se refere às condições de exercer um governo. Passou a ser usado com mais frequência a partir dos anos 1970, e o derivado *governance* dá um pragmático nome ao curso de Ciência Política nos países de língua inglesa, como convém àquela tradição cultural. O termo “capital social” é usado por analogia a capital cultural – conceito caro a Bourdieu – para designar laços familiares, relações, amizades que podem ser decisivas para obter posições no trabalho ou em qualquer outro campo. “Tolerância zero” é incorporado depois de dar nome à política da prefeitura de Nova York de combate à violência, tema de grande interesse de Wacquant. “Sociedade tecnológica” e “sociedade do conhecimento” são conceitos do mundo atual, no qual a geração de tecnologia e do conhecimento

multiplicou-se de tal maneira que não é possível apreender senão uma pequena parcela daquilo que hoje se conhece ou do que se transforma em tecnologia. Esse mundo difere profundamente daquele de 50 anos atrás e, na verdade, dele ainda sabemos pouco. O que se pode dizer é que vivemos em um mundo que exige sempre maiores conhecimentos do homem comum – gerais, teóricos, específicos e tecnológicos.

A questão das competências entrou em cena ainda nos anos 1980, quando o volume de diplomas se multiplicou e os computadores começaram a restringir o número de empregos em alguns países. A qualificação atestada por diplomas deixou de ser suficiente; era preciso saber o que cada um sabia e podia fazer. Daí a se tornar política de Estado o passo não foi tão grande – afinal, é mais barato oferecer uma ou mais competências específicas do que uma qualificação ampla. Neste caso, no entanto, estamos diante de uma questão sobre a qual existe cada vez menos consenso entre a intelectualidade e não poucos mudaram de posição. Nem me atrevo a citar brasileiros, mas é o caso de Zarifian (1998), na França, e de Altvater e todo o grupo que escreve no *Beruflihe Kompetenzentwicklung Bulletin* de Berlim.

A “gama” flexível resulta das transformações introduzidas pela informática e pela administração: trabalho em casa, horário desregulamentado, perda de direitos ligados ao trabalho com local e horário definidos. Trata-se de noções empíricas. Quanto à fragmentação, ela está ligada à flexibilidade, mas é mais ampla e vivida por todos nós no dia a dia. Os alemães se deram conta dela no final dos anos 1970 e início dos anos 1980⁴, mas, de lá para cá, ela tem se ampliado multiplicando tarefas e, pior do que isso, picotando a vida privada. A dificuldade de reconhecer a realidade da fragmentação pode estar ligada ao desejo de considerar a noção como um conceito ou de dar uma resposta aos que, desde os anos 1980, insistem na impossibilidade de interpretar de um só golpe (ou com uma única teoria) a totalidade social.

Já o empreendedorismo faz parte do vocabulário econômico desde há muito – veja-se Schumpeter (1984). Etnicidade, multiculturalismo, identidade não são problemas norte-americanos transferidos para a Europa. Além da diversidade de culturas ser “coextensiva à história da humanidade”, os problemas atuais resultam, em muitos países, do colonialismo, das guerras coloniais, do estímulo à imigração de força de trabalho barata, e colocam questões muito complexas que não podem ser tratadas em quatro palavras. Entre seus muitos erros e acertos, há que louvar MaoTse-tung, quando diz que “quem não fez pesquisa (de campo) não tem direito à palavra!”. Já no caso da violência – um fenômeno milenar – há uma tal quantidade de literatura, que tudo que se diga fica curto⁵.

Há, porém, algo a acrescentar sobre os conceitos de “inclusão” e “empregabilidade”. “Inclusão” é um conceito que já nasceu colado ao seu oposto: a exclusão (Kovarik, 1975). Em países ricos, com pleno emprego e Estado forte, a exclusão gerada nos últimos 30 anos, seja pela tecnologia,

4 Espelhada na imensa produção do Soziologische Forschungsinstitut – Sofi –, de Gottingen.

5 Não apenas existe uma vasta bibliografia sobre o tema, como também livros que congregam o que há de melhor no campo. Veja-se, por exemplo, Heitmeyer (2002).

seja pela redução do Estado, gerou "políticas de inclusão" tópicas, frequentemente copiadas pela periferia, onde a exclusão do emprego formal é endêmica. São noções postas em circulação pela economia: trata-se de exclusão-inclusão do mercado de trabalho (e do consumo). De resto, esta díade funciona na vida corrente em quase tudo. Não se pode estar incluído em ou excluído de tudo, salvo na morte. No entanto, não são conceitos do capitalismo. A própria vida é precária e instável. O que podemos dizer do emprego, da "modernização", do capitalismo, do socialismo, da história? Grande parte da história da humanidade esteve calcada na escravidão. O sindicalismo foi uma possibilidade aberta pelo capitalismo industrial, mas "direito ao emprego": houve aprisionamento ao campo, modernamente houve situações de pleno emprego na "época de ouro da humanidade": ela resulta de conflitos nada dourados e começa a terminar com a crise de 1973. Seu lança-chamas simbólico chama-se Margaret Thatcher.

Voltemos aos nossos termos. Uma pessoa é empregável quando apresenta características "necessárias à extração da mais-valia" – seja força física, seja beleza e elegância para que os desfiles vendam os novos tecidos gerados pelas novas tecnologias que circularão pelo mundo globalizado, promovendo grandes lucros. Salvo casos de nepotismo e corrupção, uma pessoa não se emprega para não ter lucro. A empregabilidade de alguém, ou seja, a sua probabilidade de encontrar um emprego, depende, no geral, de sua saúde física e de sua educação, embora dotes como beleza, simpatia, vivacidade, inteligência perceptível, facilitem a sua obtenção se o perfil se aproxima daquele que é buscado para a função. Em síntese, depende do seu "capital humano", cuja discussão, veremos em seguida, já não é a mesma de 30 anos atrás.

As chances de se empregar mudaram muito nas últimas décadas. Hoje o que se vende é muito mais que educação e saúde; são virtudes pessoais cada vez mais específicas, conhecimentos diversos nem sempre dependentes de aprendizagem sistemática, atitudes, disposições sociomotivacionais, o tempo sem limites, mobilidade, disposição de se identificar com o empregador. Vende-se a pessoa inteira cujo "capital humano," descobre-se, ultrapassa de muito os planos da educação e da saúde.

Mas vale a pena reafirmar que as noções de inclusão e de empregabilidade não obscurecem aquilo que produz a crise mais profunda e universal do sistema capitalista (indicada como hipertrofia do capital especulativo, desemprego estrutural e precarização das condições de trabalho). Além de ser cíclica, ela tem a ver com a tecnologia, com a quebra dos padrões de moralidade capitalista e com a crescente influência sobre os mecanismos de controle dos Estados, com seu enfraquecimento e com a maior falta de transparência decorrente do caráter mundial da circulação do capital. O desemprego estrutural deixou de ser um traço apenas da periferia, tal como a precarização das condições de trabalho.

A NOÇÃO DE CAPITAL HUMANO

A noção de “capital humano” (saúde e educação) pode ter dado o Prêmio Nobel a Theodore Schultz, mas, não apenas Adam Smith já a utilizava, como também Marx, ao menos nos *Grundrisse*. Ela não se inscreve na crença do pleno emprego, nem da integração na sociedade contratual, mas na tentativa de explicação da caixa preta do desenvolvimento, que ultrapassava o somatório de capital fixo (maquinário) + capital variável (salários). A mensuração de seu valor pelos salários, tal como proposta em meados do século XX, perdeu muito do seu sentido – em parte pela conjunção de abundância de diplomas e contração do assalariamento.

Faço aqui algo que não é parte dos meus hábitos: repito alguns argumentos já anteriormente utilizados porque suponho que foram pouco lidos. J. Gerschuny, um dos intelectuais de maior prestígio do século XX, mas nem sempre considerado “politicamente correto”, afirma algo que, embora inspirado em Marx, poderia conduzir à noção errônea de “sociedade do conhecimento”:

O capital atual de uma empresa é consequência de seu comportamento prévio... Habilidades atuais, experiência, qualificações e conexões sociais constituem o capital humano economicamente relevante do indivíduo e determina suas opções de atividade econômica. Estas são, elas mesmas, consequência do comportamento anterior. Conseguir um emprego, passar numa prova, dá acesso a um leque de oportunidades, e o comportamento prévio é consequência de detenção de capital econômico (um emprego anterior) ou social (ex. rede pessoal de amigos e conhecidos), cultural (informações culturais absorvidas ao longo da vida) ou ainda educacional, adquirido através da escolaridade... aqui o termo “capital” não é mais uma metáfora ... enquanto o capital perde valor com o uso, o “capital humano” ganha. (2000, P.85-86)

O maior “capital humano” seria agora o intelecto, ideia que enquadrava de outra maneira a discussão. André Gorz já havia recuperado fórmulas na área marxista que abalam o preconceito contra a expressão. Ele relembra a anti-humanista “fórmula de Stalin” de que “o homem é o capital mais precioso” e redescobre, na página 599 dos *Grundrisse*, a seguinte citação:

...o tempo livre pode ser considerado, do ponto de vista do processo de produção imediata, como produção de capital fixo, sendo este capital fixo o próprio homem [...] Onde o homem difere do capital fixo é no fato de que seu objetivo é enriquecer sua vida e não fazer crescer a capacidade produtiva, mas uma leva cada vez mais à outra. (GORS, 1997, P.151)

O próprio Marx aceita a ideia de que o homem pode ser visto como capital fixo encarnado, ou seja, em sua forma humana. No entanto, o conceito de capital humano vinculado à educação foi praticamente ultrapassado por duas razões já aqui aventadas: a disponibilidade de força de trabalho educada, propiciada pela revolução educacional da segunda metade do século XX, e as características dessa nova era capitalista (PAIVA, CALHEIROS, 2001). Nela, o que está à venda é “toda a pessoa” (GORZ, 1997, p. 75), ou seja, há um “mercado da personalidade”, uma “mercadoria que trabalha” e que precisa saber se vender, adquirir, “a disponibilidade ilimitada aos ajustes, mutações, imprevistos, etc.” (p.77).

Esse inesperado realismo o leva a rejeitar a ideia de que, presentemente, o trabalhador deixaria de se submeter a constrangimentos de ordem exterior, seguindo a autodeterminação interna, que passaria a definir as possibilidades e as razões da ação produtiva. Diz ele:

Na base deste delírio teórico, cuja influência no meio marxista não é negligenciável, encontramos sempre o postulado implícito de que a autonomia do trabalho engendra ela própria a exigência e a capacidade do trabalhador [...] a exercer a sua autonomia. Isto, evidentemente, não é nada: a autonomia no trabalho é muito pouco na ausência de uma autonomia cultural, moral e política que a prolonga e que não nasce da própria cooperação produtiva, mas da atividade militante e da cultura da insubmissão, da rebelião, da fraternidade, do livre debate, da colocação radical em questão e da dissidência que ela produz. (GORZ, 1997, p.72)

Vemos hoje, em especial nos países com elevado nível de proteção social, que aqueles que caem no desemprego, mas não na miséria, raramente criam algo, porque a ausência de determinação externa ou grupal da atividade se revela essencial à integração humana e à sua individualização. Isso o levou a uma *boutade* inesquecível e verdadeira para o futuro da humanidade: “quem não trabalha também comerá”. Porém, comer não é suficiente para o homem. E, reconhecendo que boa parte da vida intelectual oscila entre preconceitos e “delírios teóricos”, é nossa função pensar o seu “capital” com mais lucidez.

CIÊNCIAS SOCIAIS: VULGARIZAÇÃO OU BUSCA DA VERDADE?

A amplitude das noções ou categorias indicadas deixa-nos diante de uma situação em que a pesquisa se vê censurada por uma vulgata na qual fomos socializados nos anos 1960. Qual seria, então, a tarefa do intelectual, do pesquisador, do professor, do homem de cultura? Segundo entendi, a pesquisa, a cultura, o ensino não pretendem fazer descobertas originais, mas difundir o já descoberto. Se nossos mentores pensassem assim, não teriam

feito nada. Pensar, usar categorias distintas daquelas do poder, sempre foi perigoso. O imobilismo é mais cômodo!

Permito-me recorrer a Horkheimer, na introdução à reedição, de *Teoria tradicional e teoria crítica*, lançada primeiramente em 1937:

...o socialismo [...] nos países do Diamat perverteu-se há muito em instrumento de manipulação” e “os ensinamentos de Marx e Engels, indispensáveis à compreensão da dinâmica social, não são suficientes para a compreensão do desenvolvimento interno e das relações externas das Nações”. [...] Toda teoria é sempre hipótese e a ação coletiva dos homens na sociedade é a forma de existência de sua razão. Os fatos, por sua vez, são socialmente pré-formatados tanto pelo caráter social do objeto percebido quanto daquele que percebe: é a atividade humana que os cria e modifica. A ideia de perenidade leva ao dogmatismo quando, na verdade, as transformações históricas provocam mudanças nas relações da esfera cultural e podem modificar as relações entre economia e política em favor da última. (HORKHEIMER, 1969)

Trata-se, definitivamente, de uma reflexão que, ao reafirmar a validade do pensamento marxista no plano da economia política, recolhe outras tradições e contribuições para manter uma postura crítica. O objeto desta crítica é, em primeiro plano, o autoritarismo. Os frankfurtianos levantam a proibição à crítica e à conexão com outras teorias.

Gramsci, escritor-militante-dirigente político, propõe criar uma intelectualidade de novo tipo, surgida diretamente da massa e mantida em contato com ela (por meio da militância). Evidentemente, todo campo de atividade é potencialmente um campo de luta pela hegemonia e os professores/pesquisadores se encarregam de formar reprodutores de práticas e de ideias. Já o militante ou o dirigente político, esta parcela da intelectualidade, se forma de muitas maneiras, e a luta ao lado das massas é um de seus principais instrumentos. Os meios de sua luta contra-hegemônica são predominantemente políticos, e as propostas que faz o autor exigem a análise de sua obra, a teórica e a política, e a compreensão das suas categorias no contexto.

A ideia de que as ciências sociais e a história, assim como as ciências da natureza, devem ter leis que permitam prever e estabelecer profecias fez carreira desde o século XIX, porque encontrou um suposto *Träger* (portador) histórico, em cujo nome se organizaram forças sociais e se realizaram revoluções. A profecia realizada corroborou a veracidade das leis descobertas. No entanto, em um século e meio a história não parou.

A legitimidade perdida pelas ideias que embasaram os regimes soviético e do leste europeu e, mais recentemente, da Ásia, atingiram duramente o Diamat. Deve-se evitar o moralismo de lembrar os 20 milhões de vítimas da grande fome provocada pela desestruturação da produção após

a Revolução ou os 50 milhões de pessoas que morreram por pertencer a minorias, por se recusarem a lutar em situações de morte certa? É um preço demasiadamente elevado para nos permitirmos considerar que a história e as ciências sociais devem ter caráter profético e defender uma interpretação "correta", definitiva, fechada do mundo social e da história.

No entanto, o reino da objetividade nas ciências sociais (e também nas ciências naturais) foi sendo pressionado cada vez mais pelo peso da subjetividade na determinação dos fenômenos. Há muitas décadas, a realidade social e a vida em geral exigem que a ciência se reconheça como objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Os homens, a vida e a história são complexos demais para serem explicados por um único fator, seja econômico, geográfico, étnico, religioso, "heroico", institucional, cultural, guerreiro. As tramas e os dramas da vida individual e coletiva atravessam o tempo em velocidades diversas e se formam através de movimentos, eventos e acidentes que desembocam em realidades que não podem ser explicadas em duas palavras nem em duas mil. Como diz Braudel,

...são movimentos que não têm nem a mesma duração nem a mesma direção, alguns que se integram no tempo dos homens, este de nossa breve e fugitiva vida, outros no tempo das sociedades para as quais um dia, um ano não significam grande coisa e para as quais, muitas vezes, todo um século dura apenas um momento.
(1969, p. 23-24)

Para ser fiel a Marx, para quem a história é a única ciência, é preciso aceitar que a produção intelectual é também histórica, que não existe nenhuma possibilidade de petrificar as verdades, em especial, teorias inteiras. Dizer algo da sociedade e da história supõe conhecer, pesquisar a sociedade em questão, repensar com liberdade não apenas uma imensidão de dados disponíveis, mas uma considerável massa de teorias. Quanto mais para trás, maior a tentação e a necessidade de explicar o todo. Os passos seguintes são esmiuçar cada parte, gerar novas especializações, confrontar-se com realidades que se complexificam enormemente na medida em que seus detalhes vêm à tona. Mas as prisões não estão sempre do lado de fora dos seres humanos: "os quadros (enquadramentos) mentais são também prisões de longa duração [que limitam] a aventura intelectual dos espíritos mais livres" (BRAUDEL, 1969, p. 51-52). Se tudo que o escapa à linguagem ortodoxa e aos seus objetivos não tem sentido, então não é preciso esforço. Voltemos a Braudel:

Felizes e ingênuos aqueles que pensam [...] que encontramos os verdadeiros princípios, os limites claros, a boa Escola. Na verdade, as profissões das ciências sociais não cessam de se transformar em razão de seus movimentos próprios e do movimento vivo do conjunto. (1969, p. 55)

Muitas das descobertas do marxismo a respeito do capitalismo, especialmente industrial, são hoje verdades banais. Haverá maior glória para um cientista social do que ver ideias por ele geradas se tornarem verdades banais? Diante do domínio “imenso e incerto” das ciências sociais, cada vez mais difícil, cada vez mais complicado, é preciso reconhecer que o homem que faz a história é também feito por ela, que ela recorta seu destino e decide se ele cederá ou não à tentação da prisão tranquila do espírito.

Liberdade significa intranquilidade, consciência infeliz que põe em dúvida achados fantásticos para os quais olha com admiração e a cujos autores reconhece o esforço, a inteligência, a lucidez no momento em que escreveu, mas que deve viver conscientemente a infelicidade da desapareição dos deuses.

Com liberdade talvez se possa permitir refletir conjuntamente sobre conciliar diferentes paradigmas apesar de seus pressupostos axiológicos excludentes. Cada paradigma permitiria ver o objeto sob uma luz diferente e tratá-lo a boa distância, mas com um sentido agudo da história, visando produzir explicações de amplitude, teorias as mais generalizantes, capazes de repousar sobre interpretações engajadas de ações, de processos modificáveis, de dinâmicas incertas. Não se trata de ecletismo, e sim de um “*approach pluralista na sociologia, capaz de produzir teorias em todos os níveis possíveis, do micro ao macro, e que ligam a pessoa, a comunidade, a organização, os grupos de trabalho, as gerações, a cultura...e produzir um saber útil à sociedade*” (BECKER, 2008, p.98). Mas, sem se ater à vulgata, diz Dubar (2006), estariam desqualificados *a priori* todos aqueles que possam pretender descrever as experiências a partir de categorias englobantes, como as classes sociais, ou colocar em evidência as determinações sociais dos agentes, invertendo o ângulo de análise ao partir do indivíduo e de suas representações sem psicologizar excessivamente o trabalho de pesquisa. É vital que os sociólogos falem especialmente dos que se encontram na parte mais desfavorecida da escala social, de modo a permitir a pessoas dotadas de poucos recursos se confrontarem com o mercado de trabalho. No entanto, isto não é suficiente. É preciso uma reorientação de conjunto das análises sociológicas em direção às ações coletivas de modo a lhes permitir inverter o processo de individualização negativa numa personalização que repouse sobre uma relação aos outros de caráter emancipador.

O privilégio daqueles que puderam chegar à pós-graduação retorna à sociedade na medida em que eles têm meios de pensar. Não se pode exercer a função docente e de pesquisa sem se dilacerar em dúvidas, sem sofrer com escolhas provisórias, sem errar. Essas são condições para chegar a alguma verdade ou contribuição. A luta por maior igualdade e liberdade coletiva não pode ser um empecilho ao exercício de pensar. Com preconceitos e vulgatas não retribuiremos o que a sociedade nos tem oferecido, nem seremos capazes de encontrar os caminhos para a construção de um socialismo com liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMIN, S. *Unequal development: an essay on the social formations of peripheral capitalism*. New York: Monthly Review, 1976. (trad.: Brian Pearce)
- BECK, U. *Risikogesellschaft: Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt: Suhrkamp, 1986.
- BECKER, H. Comptes rendues. In: _____. *Sociologie du travail*. Fribourgh: Université Fribourgh, 2008. p. 97-98.
- BELL, D. *The Coming of the post-industrial society: venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1973.
- Berufliche Kompetenzentwicklung Bulletin – Quem*. Berlin.
- BOURDIEU, P. *Les Structures sociales de l'économie*. Paris: Seuil, 2000.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. A Nova bíblia do Tio Sam. *Le Monde Diplomatique*. Ed. bras. v. 1, n. 4, ago. 2000.
- BRAUDEL, F. *Écrits sur l'histoire*. Paris: Flammarion, 1969.
- CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COHEN, D. *La Prosperité du vice: une introduction (inquiète) à l'économie*. Paris: Albin Michel, 2009.
- DUBAR, C. *Faire de la sociologie*. Paris: Belin, 2006.
- FRIGOTTO, G. Educação para a “inclusão” e a “empregabilidade”: promessas que obscurecem a realidade. In: CANARIO, R.; HUMMERT, S. M. *Mundos do trabalho e aprendizagem*. Lisboa: Educa, 2009.
- FURET, F. *Le passé d' une illusion*. Paris: Robert Laffont, 1995.
- GERSCHUNY, J. *Changing times: work and leisure in postindustrial society*. Oxford : University of Oxford, 2000.
- GORZ, A. *Misères du présent: richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.
- HABERMAS, J. A Nova intransparência: a crise do Estado de Bem-Estar e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 18, p. 103-114, set. 1987.
- HAUCAP, J.; WEY, C. Social capital and economic development. In: ADJIBOLOSOO, S. *Shaping the course of history and development*. Lanham: University of America, 2000. p. 21-42.
- HEITMEYER, W. Lack of recognition: the socially destructive consequences of new capitalism. In: HARSAMP, A.; MUSSCKENGA, A. W. *The Many faces of individualism*. Leuven: Belgium, Peeters, 2002.
- HEITMEYER, W.; HAGAN, J. (Ed.). *International handbuch of violence research*, 1/2. Dordrecht. Kluwer Academic, 2003.
- HISCHMANN, A. *Shifting involvements: private interest and public action*. Princeton: University of Princeton, 1982.
- HORKHEIMER, M. Nachtrag. In: _____. *Traditionelle und kritische Theorie*. Frankfurt: Verlag, 1969. p.12-50.
- KOVARICK, L. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LUCKÁCS, G. *Histoire et conscience de classe*. Paris: De Minuit, 1960.
- _____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MANDEL, E. *Der Spatkapitalismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1972.

MARX, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (Rohentwurf) 1857-1858 e Anhang 1850-1857*. Frankfurt: Europäische Verlagsanstalt., s.d.

MÉZAROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Boitempo, 2002.

MOKYR, J. *The Gifts of Athena: historical origins of the knowledge economy*. Princeton: University of Princeton, 2002.

NETTO, A. Era lúcido e claro como uma lâmpada. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Notícias/Ciências, 3 nov. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae.era-lucido-e-claro-como-uma-lampada,460680,0.htm>. Acesso em: fev.2010.

OFFE, C. Sistema educacional, sistema ocupacional e política da educação: contribuição à determinação das funções sociais do sistema educacional. *Educação e Sociedade*, n. 35, p. 9-59, abr. 1990. (Texto orig. de 1972; trad.Vanilda Paiva; rev. César Paiva)

ORWELL, G. *Animal farm*. London: Secker and Walburg, 1945.

_____. *Nineteen Eighty-Four* (1984). London: Secker and Walburg, 1949.

PAIVA, V. Nova relação entre educação, economia e sociedade. *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 120-132, 1999.

_____. Sobre o conceito de capital humano. São Paulo: *Cadernos de Pesquisa*, n. 113, p. 185-191, jul. 2001.

PAIVA, V.; CALHEIROS, V. Nova Era Capitalista e percursos identitários alternativos. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 34, p. 141-174, jan./jul. 2001.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

PONCE, A. *Educação e luta de classes*. Rio de Janeiro: Vitória, 1964.

ROSTOW. *As Etapas do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SCHULTZ, T. *O Valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

WALLERSTEIN, I. *Commentary n. 274*. Disponível em: <immanuel.wallerstein@yale.edu>. Acesso em: fev. 2010.

_____. *The Current conjuncture: short-run and middle-run projections*. In: SEMINÁRIO DEZ ANOS DEPOIS: DESAFIOS E PROPOSTAS PARA UM OUTRO MUNDO POSSÍVEL. 2010. Disponível em: <http://www.grap.org.br/2009/12/04/the-current-conjuncture-short-run-and-middle-run-projections/>. Acesso em: fev.2010

ZARIFIAN, P. *La Compétence*. 1998. Mimeo.

ZIMMER, M. *Claude Dubar: faire de la sociologie, un parcours d'enquêtes*. In: JOURNÉES DOCTORALES DU LISE, Gifsur-Yvette, mai 2008. p.38-55.

VANILDA PAIVA

Professora aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora sênior do CNPq
vanilda.paiva@gmail.com